



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

PISO NACIONAL

Semana decisiva para a educação

Governo fecha proposta no fim de semana e
apresenta medida provisória para os
professores hoje

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 21, 22 e 23/5/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 23/5/11
Assunto: Piso Nacional – Semana decisiva para a educação		Página: 25

PISO NACIONAL

Semana decisiva para a educação

Governo fecha proposta no fim de semana e apresenta medida

provisória para os professores hoje

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O governo do Estado apresenta, hoje, em audiência, uma proposta salarial ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte), que pode pôr fim à greve dos professores da rede estadual. Parados desde 18 de maio, os docentes reivindicam o piso nacional salarial, de R\$ 1.187, para toda a carreira, desde o ensino médio até a pós-graduação.

Conforme informações do colunista Moacir Pereira, em sua coluna de hoje (leia na página 3), a medida provisória está pronta e foi redigida pelo procurador-geral do Estado, Nelson Serpa. A proposta foi fechada no fim de semana e tem consentimento do governador licenciado, Raimundo Colombo, que está em viagem à Europa.

A audiência será realizada na sede da Secretaria de Estado da Educação (SED), em Florianópolis. Devem estar presentes o secretário de Administração, Milton Martini, e o

procurador-geral do Estado.

O secretário de educação, Marco Tebaldi, foi procurado, ontem, para falar sobre o assunto, mas estava em reunião. O secretário-adjunto, Eduardo Deschamps, também não foi encontrado.

A coordenadora estadual do Sinte, Alvette Bedin, disse não saber o conteúdo da medida provisória. Ela informou que, caso recebam a proposta hoje, ela será avaliada em assembleias regionais amanhã. Depois, um encontro estadual, ainda sem data definida, decidirá pela continuidade ou não da greve. Até lá, os professores seguem com as atividades paralisadas.

Na sexta-feira, a greve chegou ao terceiro dia com adesão de mais professores. De acordo com a SED, mais da metade (52,74%) dos 39 mil professores aderiram ao movimento. Cerca de 399.167 alunos dos 700 mil matriculados nas escolas catarinenses foram prejudicados. Já o Sinte divulgou, na sexta-feira, que 95% dos docentes pararam.

julia.antunes@diario.com.br

O impasse

- **Em julho de 2008**, foi sancionada a lei que estipula o piso nacional do magistério para o ensino básico. Os Estados tiveram até 1º de janeiro de 2010 para reajustar o valor.
- **O piso nacional** ficou em R\$ 950 para 40 horas semanais. O valor passou por reajuste em 2010 e chegou a R\$ 1.024. Em 2011, foi atualizado para R\$ 1.187.
- **Santa Catarina** e mais quatro estados – Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul – entraram, em julho de 2008, com uma ação questionando a constitucionalidade da lei.
- **Os estados** ganharam uma liminar no Supremo Tribunal Federal para não pagar o piso nacional. Pela decisão temporária, o piso poderia ser toda a remuneração e não apenas o salário base. Dessa forma, SC cumpria o piso, incluindo abonos que chegam a 40% sobre o salário (regência de classe), além dos R\$ 200 do Prêmio Educar.
- **Em 6 de abril**, o STF julgou o mérito e considerou constitucional a lei do piso. O Supremo também votou sobre a horatividade. A regra estipula que um terço da carga horária seja para atividades extraclasse, como correções de provas, tarefas, trabalhos e preparação de aulas a serem ministradas.
- **Desde então**, os professores de SC pedem uma proposta salarial ao governo. O prazo dado pelos docentes foi 11 de maio. Sem receber nada, eles decidiram por greve, em assembleia estadual, que reuniu milhares de professores.
- **A greve** do magistério começou no dia 18 de maio.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 21/5/11
Assunto: Greve do Magistério – Governo deve apresentar proposta		Página: 19

GREVE DO MAGISTÉRIO

Governo deve apresentar proposta

Secretário disse que técnicos vão passar o fim de semana trabalhando para aprontar sugestão para audiência da segunda

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O governo do Estado deve apresentar uma proposta de implantação do piso nacional do magistério na audiência da próxima segunda-feira com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte). A informação é do secretário de Estado da Educação, Marco Tebaldi. Ontem, a greve dos professores chegou ao terceiro dia.

O secretário informou que técnicos do governo passarão o final de semana trabalhando para que seja apresentado um valor aos representantes do Sinte. A reivindicação é o cumprimento do piso de R\$ 1.187 para toda a carreira.

– Iremos levantar dados mais concretos. É bem possível que, na segunda-feira, tenhamos uma proposta, dentro do que o governo tem condições de pagar e até onde podemos ir – explicou o secretário.

A audiência que pode pôr fim à greve do magistério será na sede da

MARCO TEBALDI

Secretário de Estado da Educação

“

Iremos levantar dados mais concretos. É bem possível que, na segunda-feira, tenhamos uma proposta, dentro do que o governo tem condições de pagar e até onde podemos ir.

Secretaria de Estado da Educação, em Florianópolis, e devem estar presentes o secretário de Administração, Milton Martini, e o procurador-geral do Estado, Nelson Serpa.

A coordenadora estadual do Sinte, Alvet Bedin, disse que uma eventual proposta será avaliada em assembleias regionais na próxima terça-feira. Depois, um encontro estadual decidirá pela continuidade ou não da greve. Até lá, os professores seguem com as atividades paralisadas.

Ontem, o Sinte organizou atos em várias cidades. Em Florianópolis, no

início da noite, professores da Capital e de São José fizeram uma passeata à luz de velas e vestidos de branco pela Avenida Beira-Mar Norte.

– Quisemos chamar a atenção do governo para que essa greve seja brevemente resolvida – ressaltou a coordenadora regional do Sinte-Florianópolis, Rosane de Souza.

No Norte, ato reuniu 250 em frente à Gerência Regional

Em Joinville, cerca de 250 professores fizeram uma mobilização em frente à Gerência Regional de Educação (Gered). O ato contou com apoio de pais e alunos, como Neila Caroline Serpa Rangel, 15 anos, que apareceu na manifestação acompanhada da mãe, Marlene Serpa Rangel. Marlene comenta que apoia a filha neste ato porque quer ensinar à adolescente a fazer o que é certo.

– Como mãe, gostaria que fosse resolvido logo. Não quero que ela tenha aulas no sábado ou em julho – disse.

julia.antunes@diario.com.br



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Cidade	Data: 23/05/11
Assunto: Professores esperam acordo		Página: 04

Professores esperam acordo

Piso nacional. Nova reunião entre Sinte e governo do Estado foi marcada para hoje

FLORIANÓPOLIS – Entrando no quarto dia de greve dos professores da rede pública estadual, a coordenação dos trabalhadores em educação espera ouvir uma nova proposta do governo hoje, em reunião marcada para as 10h na sede da secretaria de Estado da Educação.

Os trabalhadores reivindicam a implementação do piso nacional como vencimento inicial de carreira, sem alte-

ração na tabela salarial, no valor de R\$ 1.187,97. A categoria está em greve desde o último 18 de maio e exige a aplicação imediata da Lei do Piso, sancionada pelo Governo Federal em 2008. Hoje, o vencimento base do magistério é de R\$ 609,46. A adesão à greve é de 90% da categoria, segundo o sindicato dos educadores do Estado.

O valor nacional foi definido por lei para ser aplicado em 2009, e após recurso impetrado por estados, em 2011 o STF (Supremo Tribunal Federal) julgou a lei como constitucional.

Números divergentes. Segundo a secretaria de Educação, na sexta-feira 57% dos alunos estariam prejudicados pela greve. Os professores de braços cruzados seriam 53% do total



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Estado	Data: 23/05/11
Assunto: Proposta vai ser apresentada hoje		Página: 11

Greve dos professores Proposta vai ser apresentada hoje

Medida provisória,
elaborada no fim
de semana, será
entregue ao Sinte

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O governo do Estado apresenta, hoje, em audiência, uma proposta salarial ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte), que pode pôr fim à greve dos professores da rede estadual. Parados desde 18 de maio, os docentes reivindicam o piso nacional salarial, de R\$ 1.187 para toda a carreira, desde o ensino médio até a pós-graduação.

A medida provisória está pronta e foi redigida pelo procurador-geral do Estado, Nelson Serpa. A proposta foi fechada no fim de semana e tem consentimento do governador licenciado, Raimundo Colombo, que está em viagem à Europa.

A audiência será realizada na sede da Secretaria de Estado da

Educação, em Florianópolis. Devem estar presentes o secretário de Administração, Milton Martini, e o procurador-geral do Estado.

O secretário de educação, Marco Tebaldi, foi procurado, ontem, para falar sobre o assunto, mas estava em reunião. O secretário-adjunto, Eduardo Deschamps, também não foi encontrado.

A coordenadora estadual do Sinte, Alvetete Bedin, disse não saber o conteúdo da medida provisória. Ela disse que, caso receba a proposta hoje, ela será avaliada em assembleias regionais amanhã. Depois, um encontro estadual, ainda sem data definida, decidirá pela continuidade ou não da greve. Até lá, os professores continuam paralisados.

Na sexta-feira, a greve chegou ao terceiro dia com adesão de mais professores. De acordo com a SED, mais da metade (52,74%) dos 39 mil professores aderiram ao movimento. Cerca de 399.167 alunos dos 700 mil matriculados nas escolas foram prejudicados. Já o Sinte divulgou, na sexta-feira, que 95% dos docentes pararam.

O impasse

■ Em julho de 2008, foi assinada a lei que estipula o piso nacional do magistério para o ensino básico. Os Estados tiveram até 1º de janeiro de 2010 para reajustar o valor.

■ O piso nacional ficou em R\$ 950 para 40 horas semanais. O valor passou por reajuste em 2010 e chegou a R\$ 1.024. Em 2011, foi atualizado para R\$ 1.187.

■ SC entrou, em julho de 2008, com uma ação questionando a constitucionalidade da lei.

■ O Estado ganhou uma liminar no STF para não pagar o piso nacional. Pela decisão temporária, o piso poderia ser toda a remuneração e não apenas o salário base. Desta forma, SC cumpria o piso, incluindo abonos que chegam a 40% sobre o salário (regência de classe), além dos R\$ 200 do Prêmio Educar.

■ Em 6 de abril, o STF julgou o mérito e considerou constitucional a Lei do Piso. O STF também votou sobre a hora-atividade. A regra estipula que um terço da carga horária seja para atividades extraclasse, como correções de provas, tarefas, trabalhos e preparação de aulas a serem ministradas.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Joinville	Data: 21/05/11
Assunto: Professores aguardam conversa		Página: 09

Greve Professores aguardam conversa

Governo diz que técnicos vão elaborar proposta, que será apresentada segunda

Embalados pela música "Admirável Gado Novo", de Zé Ramalho, cerca de 250 professores da rede estadual de ensino começaram a mobilização em frente à Gerência Regional de Educação (Gered). A manifestação antecede o encontro com o secretário estadual, Marco Tebaldi, programado para segunda, quando o governo deve apresentar uma proposta.

Técnicos do governo passarão o fim de semana trabalhando para que seja apresentado um valor aos representantes do Sinte. A reivindicação é o cumprimento do piso

nacional de R\$ 1.187 para a classe.

A gerente de educação da região Norte, Heliete Steingraber, espera que a greve termine na próxima semana. "A única coisa que a gente queria é que a negociação fosse sem paralisação. Mas é um direito dos professores", comenta. A princípio, a Secretaria Estadual de Educação não se posicionou a respeito das faltas dos professores.

Segundo dados da Gered, o número de professores em greve em Joinville é 644, o que resultou no fechado uma escola na cidade, a Francisco Ebenhardt (que estava em funcionamento na faculdade Anhanguera). Em São Francisco do Sul, a Escola Nicola Batista também está sem atividades. Nas outras instituições, segundo Heliete, o tempo vago dos alunos é preenchido com práticas de esporte ou leitura.

Pais também vão a protesto

Com cartaz apoiando a greve dos professores, a aluna Neila Caroline Serpa Ranguel, 15 anos, da Escola Giovani Pasqualini Faraco, apareceu na manifestação acompanhada da mãe, Marlene Serpa Ranguel, para apoiar o ato. Ela representa os colegas e a Associação

de Pais e Professores da escola, que também querem que seja implantado o piso nacional na rede estadual de Santa Catarina.

Marlene diz que apoia a filha Caroline neste ato porque quer ensinar à adolescente a fazer o que é certo, a buscar direitos.

"Como mãe, gostaria que isso fosse resolvido logo. Não quero que ela tenha aulas no sábado ou em julho", diz. Neila conta que os colegas falam sobre a greve e fazem debates para discutir o posicionamento dos professores e a condição de trabalho deles.



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Geral	Data: 21 e 22/5/11
Assunto: Greve. Professores do Vale protestam		Página: 19

Greve. Professores do Vale protestam

Paralisação estadual atinge 18,3 mil alunos de Blumenau e região pelo terceiro dia consecutivo

BLUMENAU - Cerca de 400 professores protestaram em frente à sede da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau sexta à tarde para pedir apoio às reivindicações feitas ao governo do Estado. Os professores querem o pagamento do piso nacional de R\$ 1.187 e que o reajuste acompanhe a progressão na carreira. De manhã, manifesto semelhante foi feito em Indaial e, quinta-feira, na Secretaria de Desenvolvimento Regional de Timbó. Os representantes regionais do Estado se comprometeram a encaminhar um ofício ao governo em Florianópolis em apoio aos professores.

A paralisação atingiu sexta-feira 18.388 alunos da rede estadual de Blumenau, Ilhota, Gaspar, Luís Alves e Indaial – municípios sob o comando da regional de Blumenau. Foram 774 professores que aderiram ao movimento num total de 1.522 na região. Das 48 escolas, sete tiveram aula normal e 41 par-

cialmente ou ficaram totalmente paradas.

Sexta-feira, a Secretaria de Estado da Educação emitiu portaria que proíbe os professores em greve a permanecer dentro das escolas. Em Blumenau, o ponto de encontro do movimento escolhido pelos representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) foi o anfiteatro do Colégio Pedro II. Após negociações com a diretoria da escola, os manifestantes puderam permanecer no local.

Na segunda-feira, às 10h, outra audiência de negociação com o governo do Estado ocorre na Capital. Até lá, o estado de greve permanece – já são três dias de paralisação. Na terça-feira, às 14h, os professores do Vale do Itajaí voltam a se reunir no Colégio Pedro II, em Blumenau, para ouvir o resultado das negociações – como ocorreu na última quarta-feira. Na sequência, outro ato público no Centro está programado.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Reportagem Especial	Data: 22/5/11
Assunto: A desconstrução da Era LHS		Página: 4 e 5

A desconstrução da Era LHS

UPIARA BOSCHI

upiara.boschi@diario.com.br

Na campanha eleitoral, Luiz Henrique da Silveira e Raimundo Colombo estavam no mesmo palanque. O primeiro, ex-governador e candidato ao Senado, apontava o segundo como o continuador do seu legado. Eleitos com votação consagradora, agora enfrentam dificuldades para afinar o discurso. Nos primeiros meses do novo governo, alguns dos símbolos da gestão de quase oito anos do peemedebista foram deixados de lado ou sofreram modificações profundas de rumo. O próprio LHS, nos bastidores, manifesta o desconforto e teve pelo menos duas conversas com o governador. O que cada um disse não foi revelado.

6 - MAGISTÉRIO

Entre gratificações e o piso nacional

A greve dos professores estaduais tem sido duplamente debitada na conta de LHS. Primeiro, por ter protelado o pagamento do piso nacional com o questionamento do benefício no Supremo Tribunal Federal. Com a decisão dos ministros em favor do piso, o atual governo se vê sem margem financeira para utilizar como base os R\$ 1.187. Nos bastidores, culpa-se as gratificações e abonos concedidos na transição de governo entre Luiz Henrique e Leonel Pavan (PSDB), que teriam aproximado os gastos com folha dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O piso que Santa Catarina questionou na Justiça, Colombo diz achar “justo”.

Procurado pelo DC, na quinta-feira, LHS não comentou sobre todos os pontos. Fez a defesa da sua gestão com uma frase



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 23/5/11
Assunto: Diversos		Página: 3

A conquista do piso

O cenário mais otimista da reunião entre o secretário da Educação, Marco Tebaldi, e os 12 professores do Sinte hoje, às 10 horas, permite prever um acordo que poderá colocar fim à greve geral do magistério. Uma greve histórica, que marcou a mais bem organizada mobilização e, sobretudo, aprovação pela população. Por duas razões: 1. Os professores pararam pelo cumprimento da lei e pagamento do piso nacional de salários, aprovado em lei federal de 2008, e ratificado por decisão do Supremo Tribunal Federal em abril de 2011. Portanto, não há o que discutir. 2. Os níveis salariais dos professores são muito baixos para os padrões da economia estadual, e a situação financeira do magistério está insustentável há muito tempo. Os professores começam na tabela com salário base de R\$ 609, segundo o Sinte, e, com doutorado, final de carreira, percebem pouco mais de R\$ 1,7 mil. Inconcebível.

A proposta do governo foi fechada no fim de semana. Já tem o aval do governador licenciado, Raimundo Colombo, que da Europa mantém-se em ligação direta com a equipe, e do interino Eduardo Pinho Moreira, que revela tranquilidade e esperanças pelo fim da greve, alicerçado no conteúdo da proposta a ser submetida aos professores. Não apenas em relação ao piso de R\$ 1.187, como vencimento básico a todos os professores, mas sobre outros benefícios aos demais integrantes do magistério.

A medida provisória que poderá selar o futuro do movimento e viabilizar o acordo pelo fim da greve está pronta. Foi redigida pelo procurador-geral do Estado, Nelson Serpa, e submetida ao grupo gestor. Se o acordo sair hoje, como deseja o governo, será levada à Assembleia Legislativa, em sinal de consideração e respeito ao poder, e logo em seguida assinada pelo governador Eduardo Moreira. A implantação do piso do magistério por medida provisória cumpriria vários objetivos. Seria uma garantia aos professores de aplicação rápida das conquistas, permitiria a vigência imediata do piso e, com o piso transformado em lei, agilizaria ações do Sinte pelo fim da greve.

BANDEIRAS

Não há mais dúvidas de que o governo vai pagar o piso. Portanto, nenhum professor catarinense receberá menos de R\$ 1.187 como vencimento básico. A proposta do Sinte, contudo, é mais ampla. O magistério quer o piso aplicado na carreira, para evitar achatamento e para garantir melhoria salarial dos professores mais qualificados. A posição do Sinte neste particular é inarredável: ou aplica o piso para todos ou a greve vai continuar. A unidade política do movimento é clara. Há um pacto solidário entre todos os professores. A aplicação do piso na carreira, segundo o Sinte, elevará o salário dos professores de última letra, com doutorado, dos R\$ 1,7 mil atuais para R\$ 3,3 mil. Há informações de que, na proposta oficial, nenhum professor receberia menos de R\$ 1,8 mil de salário. Seria, então, se confirmada, uma vitória histórica para todo o magistério.

As demais reivindicações dos professores também são consideradas importantes, mas não tão vitais como os salários e, portanto, negociáveis. A questão de 1/3 de hora atividade é uma delas. Está na lei federal, mas depende de entendimento. A realização de concurso para o magistério é outra necessidade urgente. O governo estadual não realiza concurso desde 2005. Um escândalo, porque a lei manda realizar concurso de ingresso a cada dois anos. Por isso, já somam mais de 13 mil os professores contratados, os chamados ACTs.

Santa Catarina torce pelo acordo. Seria uma histórica vitória de todos, sobretudo, da cidadania.

diario.com.br

Quer mais informações?
Acesse o blog do Moacir
Pereira em www.diario.com.br/moacir



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 21/5/11
Assunto: Diversos		Página: 3

Piso já tem proposta

O governo já tem elaborada uma proposta de pagamento do piso salarial dos professores da rede estadual de ensino. Ela foi fechada ontem, durante reunião no Centro Administrativo entre os secretários Marco Tebaldi, seu adjunto Eduardo Deschamps, Milton Martini, Ubiratan Rezende, Derly Anunciação e o procurador-geral do Estado, Nelson Serpa.

A primeira questão, que agora virou consenso, entre os dirigentes do Sinte e o governo: piso é vencimento-base. Na primeira proposta enviada ao sindicato, o secretário Marco Tebaldi definiu o piso como remuneração, o que significa somar o salário básico com regência de classe, Prêmio Educar, etc. Foi liminarmente rejeitada na assembleia dos professores.

– Piso é vencimento inicial de carreira – proclamou o procurador Nelson Serpa, ao confirmar os estudos visando à apresentação da proposta aos professores na segunda-feira, a partir das 10h, pelo secretário Marco Tebaldi. O encontro será na Secretaria da Educação e terá a participação de 12 professores do Sinte. Serpa informou que continua estudando a legislação do magistério, que é muito mais ampla e complexa do que imaginava.

As informações que circularam no Centro Administrativo revelam agora, de forma clara: “O governo vai pagar o piso”. O próprio governador interino Eduardo Pinho Moreira não deixou dúvidas quando compareceu à Conferência Nacional dos Legisladores Estaduais. Fez justamente esta afirmação categórica na presença de deputados do governo e da oposição. Isto significa que, prevalecendo a proposta, ninguém receberá em Santa Catarina vencimento básico inferior a R\$ 1.187, o valor fixado pelo Ministério da Educação para este ano. Está ficando claro, também, que os professores de níveis salariais acima do piso deverão ter incentivos com a nova proposta. Isto significaria um avanço na carreira do magistério. Como se dará o benefício não se sabe. Poderia vir com a incorporação do Prêmio Educar. Ou com algum outro mecanismo de elevação salarial.

AMEAÇAS

A presença constante e decisiva do procurador-geral do Estado, Nelson Serpa, em todas as reuniões governamentais que estudam alternativas para o pagamento do piso, fermentam especulações de que o governo tem um curinga para levar à mesa das negociações: a assinatura de medida provisória. Ela tanto poderia vir depois de um acordo entre os professores e o secretário Marco Tebaldi – como forma de agilizar o pagamento do piso, como desejam os professores – ou como alternativa política do governo para pagar o piso salarial aos que não o recebem hoje e dar uma resposta à sociedade de que passou a cumprir a lei.

Tebaldi deu outra sinalização: a de proposta mais ampla, conferindo piso e melhorando a tabela salarial para todos os professores, através de um pagamento parcelado. Disse que esta foi a solução adotada no Rio Grande do Sul pelo governador Tarso Genro (PT), aceita pelos professores durante assembleia geral no Gigantinho. Lá, o pagamento integral do piso – contestado no Supremo Tribunal Federal pela ex-governadora Yeda Crusius, do PSDB – será feito com reajuste salarial em quatro anos. O terceiro dia de greve foi marcado pelas reações do Sinte contra ameaças contidas em ofício da diretora de Desenvolvimento Humano da Secretaria da Educação, Elizete Melo, e da diretora de Ensino Básico e Fundamental, Gilda Penha, enviado a todos os gerentes regionais de educação. Prevê penalidades aos grevistas, demissão de comissionados, rescisão contratual dos professores ACIs no final do contrato e a garantia de renovação dos que não aderirem à greve. Ameaça desprezível e nada pedagógica, a revelar que setores do governo tentam conter o movimento dos professores no relho, numa descabida prática que remonta aos tempos da escravatura.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 21/5/11
Assunto: Debate@diario.com.br – Como você avalia a atitude dos professores estaduais e a do governo de Santa Catarina na discussão sobre a implementação do piso nacional do magistério?		Página: 28

debates@diario.com.br

Como você avalia a atitude dos professores estaduais e a do governo de Santa Catarina na discussão sobre a implementação do piso nacional do magistério?

É lamentável que o professor tenha que fazer greve para receber aumento. Ele é a base de todo ser humano. A maioria dos políticos não tem interesse que o povo seja culto, porque é muito mais fácil enrolar o ignorante. Para ser político, basta ser ladrão, não precisa ter muito estudo. E o salário do professor deveria ser de, no mínimo, R\$ 5 mil por mês.

Iara Regina Lopes Dadam dadam
Por e-mail

O que podemos perceber é apenas o total descaso do governo quanto a uma das grandes prioridades da sociedade: a educação. Muito se fala, porém, onde está a educação local e catarinense? E mais: onde está o respeito com o profissional da educação?

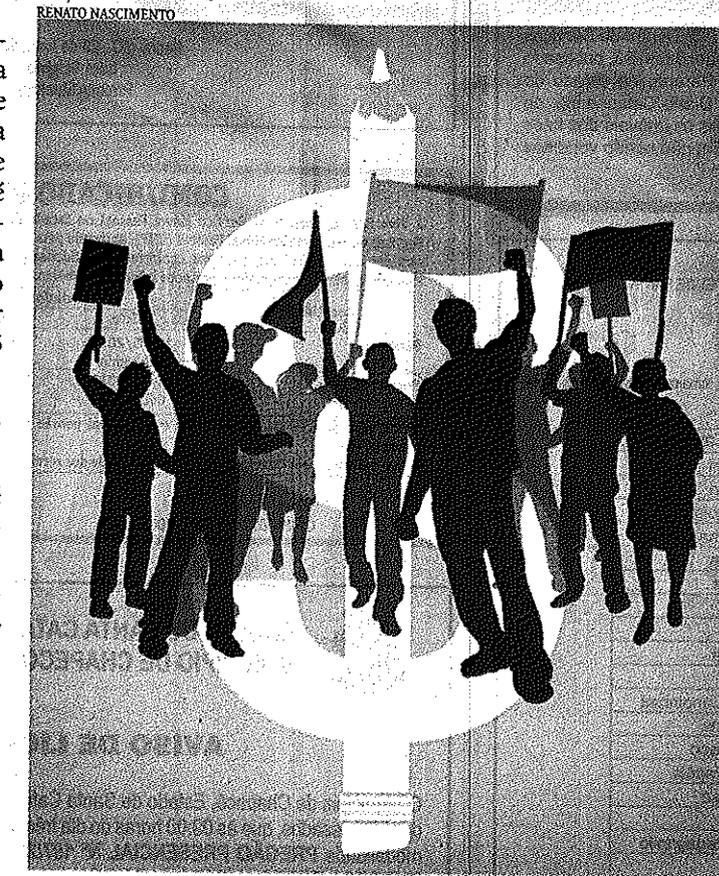
Edna Silva
Vargem

Os professores estão certos. O governo tem que parar com essa enrolação e pagar o que é de direito deles. Educação é a base.

Luciano Silvano
Sombrio

Pedra cantada. Sabíamos que seria assim, na base da greve e pressão sobre o governo estadual. O governador Colombo, aqui na Serra, já conhecemos. Perguntem aos professores de Lages o salário que ele pagava quando era prefeito. Como esses profissionais lagueanos tiveram a coragem de votar nele? Está aí o resultado, e a tendência é só piorar.

Márcio Heleno Costa Melo
Bocaina do Sul



Sou professora há 26 anos, não gosto da greve, mas esta é a última opção para podermos obter nossos direitos. Quando a lei do piso foi sancionada, em 2008, o governo, para ganhar tempo, entrou na Justiça alegando que as gratificações eram vencimentos. Esperamos até abril de 2011, quando o STF deu o veredicto a favor do professor. E agora, o governo nos pede paciência, pois está esperando o acórdão e diz que o Estado não possui fundos para nos pagar, porque não previu sua derrota. Os professores estão corretos. Só lamento que tenhamos que chegar a este ponto para fazer valer nossos direitos e se fazer cumprir uma lei.

Eliete Martins
Araranguá

Todos temos que cumprir a lei. Se eu tenho um carro e não pago o IPVA, caso seja parada em uma blitz, tenho ele apreendido e talvez leve uma multa. O governo deveria ser o primeiro a dar o exemplo e cumprir o que ficou estabelecido pelo mais alto patamar da Justiça brasileira. Não podemos aceitar desculpas mentirosas. Santa Catarina não tem dinheiro para pagar o piso? E os estados mais pobres, que já pagam, encontram dinheiro onde? Enquanto educação for vista como gasto e não como investimento, seremos sempre subdesenvolvidos. O Brasil é um país de pobres espiritualmente.

Carolini Vilela Correia
São José

Não é à toa que os futuros profissionais do Brasil descartam como profissão a carreira de professor, por causa dos baixos salários e da desvalorização. A educação sempre terá mercado de trabalho, pois todos dependem dela para que o país cresça e não seja manipulado. Sou professora e me orgulho, escolhi esta carreira porque acredito nas mudanças. O profissional da educação tem que ser valorizado, sim, pois acreditamos em formar cidadãos. Pergunta: se o Estado de Santa Catarina alega que não tem dinheiro para o piso, como é que em todos os meses os parlamentares e deputados recebem mais de R\$ 30 mil?

Bianca Quevedo Carvalho Carvalho
Palhoça

Sou formanda em Pedagogia e há dois anos faço estágio nas escolas do Estado. Nossos políticos demagogos, na última eleição, novamente, para se eleger, nomearam a saúde e a educação como prioridade, mas, infelizmente foi só promessa de campanha. Apoio e concordo com a greve, pois o Estado faz muito tempo que abandonou a educação do ensino fundamental e as escolas estão uma vergonha, em todos os sentidos. Os forros estão caindo, banheiros entupidos, janelas emperradas e muito mais degradação se encontra. Mas quero deixar registrado que a classe de professores tem que se unir e realmente fazer com que essa greve transforme a educação. Espero que não se vendam na primeira esmola que o governo oferecer.

Simone Costa Abreu
São José



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 21/5/11
Assunto: Debate@diario.com.br – Como você avalia a atitude dos professores estaduais e a do governo de Santa Catarina na discussão sobre a implementação do piso nacional do magistério?		Página: 28

Os professores precisam de salários justos, que lhes permitam viver com dignidade. O piso é pouco para quem representa tanto para o país. O governador precisa dar aos professores, e ao futuro de SC, um salário digno.

Sérgio Coelho
Itaporanga

DEBATE DC

■ Como você avalia a validade da viagem do governador Raimundo Colombo e de uma comitiva a países da Europa por duas semanas?

Envie sua opinião, com nome, cidade de origem, profissão, telefone e RG da carteira de identidade com o título "Debate" para diariodoleitor@diario.com.br

Uma das maiores categorias, senão a maior, do país, é a dos professores. Em época de eleição, os candidatos, principalmente ao governo do Estado, prometem descaradamente investir em educação, no intuito de ganhar o voto da categoria. Passada a campanha, se esquecem do que foi prometido. A greve do magistério é mais dó que justa e já deveria ter sido feita há muito mais tempo. Infelizmente, isso trará prejuízos, sim, mas prejuízo maior é permitir que os professores continuem ganhando essa miséria para dar aulas.

Emar Bohrer
Itapema

Como estudante, vejo este movimento como o caminho primordial para a maior qualificação dos professores, melhoria da educação catarinense e a busca pelo seus direitos. Mas, apesar de tudo, é de se ficar contente, porque é um movimento sem qualquer envolvimento político-partidário, com a luta pela cidadania e a busca do bem comum. Professores, estamos com vocês. Não temam, antes um período sem garantias que o resto de suas vidas acorrentados às migalhas desse governo. A luta é longa, a batalha árdua, mas a união, imbatível.

Guilherme Wagner
São João do Oeste

A qualidade do ensino num país, começa pela valorização do professor. O que não se pode é se reponha o que vem faltando há tantos anos, fruto do descaso de outros governos. O governador Raimundo Colombo tem a oportunidade de mudar o curso dessa história, não apenas pagando o devido e merecido piso, mas, também, melhorando-o. Os professores, por sua vez, devem ter a sensatez de propor uma negociação com avanços gradativos, permitindo ao governo alocar os recursos necessários. Por que não fizeram greve com o governo passado, que teve oito anos para resolver a situação? Coerência, senhores.

Adelino Renuncio
Florianópolis



CLIPPING

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Cartas	Data: 21 e 22/5/11
Assunto: Greve do magistério		Página: 2

GREVE DO MAGISTÉRIO

É constrangedor sair às ruas para reivindicar algo que já está assegurado por lei. Que país é este, onde o professor, que possui um dos papéis mais importantes da sociedade, é desvalorizado e feito de fantoche? E onde o governo fala em democracia e depois age com autoritarismo? Chega de humilhação! Precisamos nos valorizar e lembrar às autoridades que somente haverá ensino de qualidade quando formos reconhecidos profissionalmente.

Kátia Behling Kamke
Professora - Blumenau

“

É constrangedor sair às ruas para reivindicar algo que já está assegurado por lei. Que país é este, onde o professor é desvalorizado e feito de fantoche? E onde o governo fala em democracia e depois age com autoritarismo?

Kátia Behling Kamke
Blumenau

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Ponto final	Data: 23/5/11
Assunto: Grosseria		Página: 23

Grosseria

“Força, professores, greve já”, dizem pichações espalhadas pela cidade. Se forem os professores que estão pichando – e agredindo o patrimônio público e privado – trata-se de uma grosseria inexplicável, um péssimo exemplo de quem deveria dar exemplo. Mas se são simpatizantes do movimento grevista, que tal voltarem à escola para aprender um pouco sobre educação e respeito?



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 22/5/11
Assunto: Onde está o dinheiro		Página: 55

Onde está o dinheiro

O governador Raimundo Colombo tem dito que não há dinheiro para pagar os professores em greve, que garantiram na Justiça o direito de receber um piso salarial. Dinheiro sempre tem quando se quer. Tinha, por exemplo, para criar 36 secretarias regionais, que muita gente acha que, se fossem fechadas, não fariam muita falta.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 23/5/11
Assunto: Professores		Página: 37

Professores

Dou aula na E.E.B Professor Silveira de Matos em Santo Amaro da Imperatriz.

Eu e meus colegas sempre mostramos aos nossos alunos o caminho correto e explicamos que quem anda fora da lei ou não a cumpre é bandido e geralmente é preso. Numa das aulas de 30 minutos que fazemos para explicar a eles os motivos da greve dos professores, uma colega professora de português foi questionada por um menino da 6ª série, com apenas 12 anos, que perguntou: “Professora, porque eles criam as leis e não cumprem?” A professora só pôde responder: “pois é”. Se o próprio governo não obedece as leis, o que esperar da sociedade?

Professor Valmiré de Aguiar
Por e-mail



Definitivamente, moramos num país e num Estado fora da lei. A insensibilidade dos nossos governantes cada vez mais atropela a coerência, bom senso e a responsabilidade do cumprimento da lei. Simplesmente deixam de cumprir as determinações do STE, e dizem que não têm recursos para atualizar o piso, que desde 2008 já deveriam ter estabelecido. Acho que os governadores deveriam mandar para as escolas seus cabos eleitorais, assessores e pagar com os salários atuais da categoria. Que país é este?

Professor Flávio J. Sperotto
Por e-mail

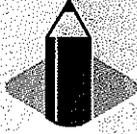


CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 22/5/11
Assunto: Educação		Página: 52

Educação

Os professores da rede estadual são obrigados a suspender a mais nobre tarefa, a de educar, por conta de um governo insensível que não reconhece a responsabilidade e a alta carga de trabalho atribuída a esses profissionais. Remuneração justa reflete na produtividade.



Alcir José Falavigna
Por e-mail

Manifesto meu apoio à paralisação mais do que justa do magistério catarinense. Esperamos que o atual governador saiba fazer o dever de casa, pois o antigo, que, aliás, consegui ser condecorado com mais oito anos no poder levando consigo seu amigo Paulo Bauer. Será que nós, catarinenses, sabemos votar? Começa por aí o futuro dos nossos filhos.

Márcio Maziero
Por e-mail

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Política	Data: 21/5/11
Assunto: Professores		Página: 21

Professores

Oferecer o máximo, sem prejudicar o caixa do governo. É a nova proposta de Colombo para acabar com a greve dos professores estaduais. Os secretários Antonio Ceron (Casa Civil) e Milton Martini (Administração) são os interlocutores.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 23/5/11
Assunto: Enem, Inscrições começam hoje, às 10h		Página: 33

ENEM

Inscrições começam hoje, às 10h

As inscrições para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) começam hoje, às 10h, e devem ser realizadas pelo site do Ministério da Educação (MEC).

O prazo final é às 23h59min do dia 10 de junho. O exame ocorrerá nos dias 22 e 23 de outubro. A taxa de inscrição é de R\$ 35. Alunos da rede pública não pagam e os de escolas particulares podem pedir isenção.

O edital deste ano prevê que a prova tenha um alerta expresso para que o aluno cheque se a sua avaliação não tem defeitos de impressão. Os candidatos também não poderão levar celular. Eles deverão colocar o aparelho em um saco plástico que ficará lacrado.

A realização de mais de uma edição da prova por ano é prometida pelo MEC desde 2009, mas foi adiada devido à série de problemas ocorridos com a prova vazamento em 2009 e erros de impressão em 2010. Em 2012, a primeira prova ocorrerá nos dias 28 e 29 de abril. A previsão é que a segunda prova, no ano que vem, ocorra em novembro.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editorial: Opinião	Data: 23/05/11
Assunto: O país do “nóis qué aprender”		Página: 06

O país do “nóis qué aprender”

Quando a gente diz que educação no Brasil é um subproduto, citado principalmente em época de eleições, ainda existem alguns crédulos nas propagandas oficiais que discordam!

A notícia que nos chocou neste mês de maio refere-se a uma das “obras” adquiridas pelo MEC (485 mil exemplares) e distribuídas à rede pública de ensino para jovens e adultos. Trata-se de “Por uma vida melhor”, da coleção “Viver, aprender”, de Heloisa Ramos e outros dois autores.

Um presente maravilhoso para os autores e a editora do livro, que tem seu trabalho transformado em best seller. Já garantiram um bom Natal, antecipadamente! Esta “obra” apregoa que o “ensino deve ser plural, com diferentes gêneros textuais e diferentes práticas de comunicação para que a desenvoltura linguística aconteça”.

Bacana, isso! Mas o que tem de diferente? Segundo a “obra”, frases como “vou pegá os peixe” está correta, pois uma grande parcela da população assim se comunica. E afirma ainda que se alguém corrigir, isso é “preconceito linguístico”, coisa de “esnobe”.

Interessante, enquanto os eruditos tentam normatizar a língua portuguesa, com características uniformes nos países onde é falada, vem alguém e publica algo assim, afirmando que frases como “os menino pega os peixe” constituem uma maneira correta de se expressar.

Mas publicar tudo bem. Cada um tem o direito de escrever o que quiser. E o papel aceita tudo! O problema reside no fato de que alguns indivíduos investidos de autoridade acham que isso é correto e compram, com o dinheiro de todos nós, 485 mil exemplares e distribuem para os que estão em fase de aprendizagem.

Qual o critério usado nessas aquisições? As autoridades do Ministério da Educação afirmam que a norma culta da língua será sempre exigida em provas e avaliações, como vestibulares, concursos etc. Então vem a pergunta óbvia: como exigir que jovens e crianças que aprenderem de forma equivocada nessas ocasiões tenham de se expressar e escrever de maneira correta?

Isso aumenta cada vez mais o fosso acadêmico entre a escola pública e a privada, na educação de base. Depois vêm com os costumes paliativos. Quem sabe nos exames vestibulares do final desta década não existam cotas para os que “aprenderam desta forma”?

Isso me lembra de um ex-presidente da República que certamente proporcionou grandes avanços sociais em seus oito anos de mandato, mas que se expressava de uma forma que frequentemente colidia com o que consta nas gramáticas. Será que estão tentando justificar o linguajar daquele senhor? Será que era ele quem falava corretamente?

Está na hora das pessoas de bem reagirem a tudo isso!

“
Um presente
maravilhoso
para os
autores e a
editora do
livro, que já
garantiram
um bom
Natal.

”



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Economia	Data: 23/5/11
Assunto: Investimento de R\$ 1,6 mi em formação		Página: 15

Investimento de R\$ 1,6 mi em formação

No evento que apresentou os resultados do mapeamento a empresários e instituições de ensino, na Acate, dia 11 de maio, o secretário do Desenvolvimento Econômico-Sustentável do Estado, Paulo Bornhausen, anunciou um projeto de R\$ 1,6 milhão para formar mil jovens a partir de 15 anos em programação. Segundo o secretário, 800 deles serão rapidamente absorvidos pelas empresas de Florianópolis por meio da Acate, que ficará responsável pelo recrutamento.

A maior parte do financiamento, R\$ 1 milhão, ainda precisa ser aprovada pelo governo federal. O restante será pago pela Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc). O começo do projeto está previsto para agosto deste ano. O curso deverá ter duração de 13 meses.

Bornhausen explica que este não é um projeto para a abertura de um curso ou uma nova escola. O financiamento, segundo ele, é para cobrir as bolsas de estudo dos alunos.

– Estamos em fase de negociação com as instituições de ensino da Capital sobre a possibilidade de nos cederem salas e professores – afirma Marilu Lisboa, coordenadora de pesquisa da Fapesc.

1 mil

jovens deverão ser treinados pelo programa, em parceria do governo e Fapesc

Como hoje a disponibilidade de vagas está longe de garantir a atração de profissionais adequados ao mercado, a Acate, em parceria com a prefeitura de Florianópolis, também promove ações para construir a mão de obra esperada pelo setor.

O processo que pretende suprir, no longo prazo, a dificuldade das empresas de tecnologia em encontrar profissionais tem três etapas.

A primeira, segundo o secretário de Ciência e Tecnologia da Capital, Carlos de Rolt, é desmistificar as profissões de tecnologia e incentivar crianças e jovens a optar por investir em carreiras no setor.

O projeto Aluno Monitor, que ensinou noções de computação para mais de 500 jovens da rede pública, e o Jovem Aprendiz, em parceria com instituições como Senai, Senac e o observatório Softex, que forma profissionais capacitados para trabalhar nas empresas da Capital, são alguns exemplos da iniciativa.

A segunda etapa do processo começou com a apresentação do mapeamento para as instituições de ensino do Estado.

Por último a Universidade Cooperada, projeto ainda em fase de desenvolvimento, pretende unir empresas, escolas e universidades, na qualificação do profissional desejado pelo mercado.



PARA ONDE ENVIAR MEU CURRÍCULO?

- A Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (Acate) recomenda que os interessados nas vagas devem se inscrever no site www.acate.com.br. Escolha a opção "Banco de Talentos" do menu, informe seu email e CPF e disponibilize seu currículo.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Serviço	Data: 23/5/11
Assunto: Matemática		Página: 38

- **Matemática** - Estão abertas as inscrições para a 7ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas. A inscrição é gratuita e poderá ser feita pelas escolas públicas do país até o dia 3 de junho no site www.obmep.org.br. Podem participar da competição alunos do ensino fundamental e médio.

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Serviço	Data: 23/5/11
Assunto: Educação		Página: 38

- **Educação** - Discutir sobre as novas tecnologias que podem ser inseridas em sala de aula é um dos objetivos da 9ª Jornada Catarinense de Tecnologia Educacional. O evento será realizado hoje e amanhã, no CentroSul, em Florianópolis. Informações: secretaria@jornatec.com.br.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 21/05/11
Assunto: Metade dos alunos do ensino médio noturno não trabalha, diz pesquisa		Página: A24

Educação. Levantamento realizado pela ONG Parceiros da Educação mostra que estudantes do ensino médio noturno não estão matriculados durante o dia por falta de vagas; rendimento dos alunos da noite é inferior ao dos que fazem parte das turmas diurnas

Metade dos alunos do ensino médio noturno não trabalha, diz pesquisa

Ocimara Balmant
ESPECIAL PARA O ESTADO

Um levantamento da ONG Parceiros da Educação com 3.249 alunos de 18 escolas de São Paulo mostrou que metade dos estudantes do ensino médio que estudam no período noturno não trabalha.

Segundo a pesquisa, que ouviu estudantes e diretores, os adolescentes não estão matriculados no diurno por falta de espaço físico. Um problema, afirmam os diretores, que se agravou com o acréscimo de um ano no ensino fundamental.

“Com mais crianças na escola, ficou mais difícil ter salas disponíveis para atender aos alunos mais velhos durante o dia”, diz Celso Teixeira, diretor da Escola Estadual Luis Gonzaga Travassos da Rosa, na zona sul.

É o caso de Daniele Lira de Freitas, de 17 anos, aluna do 3.º ano do ensino médio na Escola Estadual Francisco Brasiense Fusco, também na zona sul. Ela nunca trabalhou, mas não conseguiu vaga em outras quatro escolas públicas próximas de sua casa que oferecem vagas durante o dia. Resultado: passa o dia todo esperando chegar o horário da aula. “Tenho certeza de que rendo muito menos do que eu renderia se eu estudasse de dia.”

Números da pesquisa mostram essa defasagem no aprendizado. Quanto maior a porcentagem de salas à noite, menor o índice no Idesp. Entre as escolas pesquisadas, a nota das que ofe-

recem o ensino médio durante o dia é o dobro do registrado pelas que só têm o curso noturno.

“Não dá nem para comparar. Eles rendem menos, a indisciplina é muito maior, surgem os problemas com drogas e, o pior de tudo, a evasão é muito grande”, diz Teixeira. “No começo do ano, a sala está cheia de alunos. Depois de poucos meses, metade já sumiu.”

Somente à noite. Por lá, até o ano passado, o ensino médio era oferecido somente à noite, em seis salas. Dos cerca de 200 alunos, apenas 15% trabalhavam. Para o início de 2011, a empresa parceira do colégio construiu duas novas salas e arranjos no espaço administrativo possibilitaram que outras duas classes pudessem receber alunos do ensino médio. Com isso, o diretor conseguiu montar três turmas do 1.º ano e uma do 2.º ano no período da manhã.

A aluna Karina Augusta Roberto de Carvalho, de 16 anos, que está no 2.º ano, conseguiu uma das vagas. Ela volta a estudar pela manhã, depois de cursar o 1.º no noturno. “É muito melhor. Pela manhã, acordó mais disposta. À noite, eu já chegava cansada, menos disposta, apesar de não ter trabalhado durante o dia.”

Karina também acha os professores mais animados. “À noite, eles estão exaustos. Alguns dão aulas nos períodos da manhã, tarde e noite. E no dia que o trânsito está ruim, muitos nem conseguem chegar.”



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 21/05/11
Assunto: Sucesso no YouTube, professora sonha alto		Página: A24

Sucesso no YouTube, professora sonha alto

Famosa após traçar um panorama lúcido e sombrio da educação, Amanda Gurgel quer virar líder sindical no RN

Fernanda Bassette

Amanda Gurgel de Freitas, de 29 anos, tinha 17 quando decidiu ser professora. “Queria ser como a Claudina”, diz Amanda, referindo-se à professora de espanhol que conheceu no cursinho preparatório para o vestibular.

Claudina não tem nem ideia de que serviu de exemplo para impulsionar a carreira da ex-aluna que ficou conhecida nacionalmente depois de um vídeo no YouTube (www.youtube.com/watch?v=yFktoO7lceA). Na ocasião, Amanda falava sobre os percalços da profissão em uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Natal, no Rio Grande do Norte.

“Ela era muito especial. Além do conteúdo, era muito alto astral e reunia todas as características que uma professora precisa:

TRECHOS DA FALA DE AMANDA NA ASSEMBLEIA

“Gostaria de apresentar um número composto de apenas três algarismos: 930. É o valor do meu salário.

Gostaria de perguntar a todos aqui que tenham nível superior e especialização se conseguiriam sobreviver ou manter o padrão de vida com esse salário.

era simpática, atenciosa”, diz Amanda. “Peça que nunca tivemos um contato maior. Nunca falei isso para ela”, diz Amanda.

Determinação. A jovem estudante, que ficou órfã aos 4 anos e não quer ser vista como “coitadinha”, cursou o ensino fundamental na rede pública e o ensino médio em escola particular. Fez cursinho porque queria uma vaga no

(...) Só quem está em sala de aula, quem pega três ônibus, que pode falar com propriedade sobre isso. Em nenhum governo, em nenhum momento em nossa cidade, em nosso Estado, em nosso País, a educação foi uma prioridade. (...) Estão me colocando dentro de uma sala com um giz e um quadro para salvar o Brasil, é isso? (...) Sou eu a redentora do País? Não posso. Muito menos com o salário que eu recebo.”

curso de Letras em uma universidade pública. E conseguiu.

Passou primeiro na Universidade Estadual de Feira de Santana, onde estudou durante um ano, e prestou vestibular de novo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal, onde concluiu o curso. “Não tinha nenhum parente em Feira de Santana. Quis me mudar para Natal para morar com minha irmã.”



A época, Amanda estudava de dia e trabalhava à tarde e à noite. No segundo ano de faculdade, conseguiu uma bolsa para lecionar no cursinho preparatório que a universidade oferecia para alunos carentes, a um preço simbólico. “Foi lá que ganhei experiência em sala de aula.”

A jovem prestou concurso nas redes municipal e estadual – onde dava aulas de português para

os ensinos fundamental e médio. Mas o esgotamento físico e mental em sala de aula fez Amanda adoecer e, desde 2008, ela foi afastada da função em decorrência de uma depressão.

Ainda em tratamento, diz que pretende voltar para a sala de aula “não porque é apaixonante, mas porque não é tão simples estar em cargos de adaptação”.

Segundo Amanda, há uma pressão dos governos em cima dos professores que estão fora da sala de aula para saber se eles realmente estão com problemas de saúde. “E agora que estou bem melhor, sinto que tenho de voltar para dentro das salas.”

Militância. Ainda na faculdade, Amanda se envolveu com o movimento estudantil e, desde então, passou a se mobilizar para defender os interesses da categoria. Participa ativamente das reuniões do sindicato e em 2010 decidiu se filiar ao PSTU. “Nos conhecemos há 10 anos, quando ela era do movimento estudantil. Ela sempre foi assim, combativa. Ser guerreira é uma característica dela”, diz a amiga Vanessa Amélia Azevedo dos Santos.

Apesar da repercussão, Amanda diz não ter pretensão de seguir carreira política como vereadora, deputada ou senadora. Sua meta é conquistar a direção do sindicato dos professores do Rio Grande do Norte – vaga que ela já disputou duas outras vezes.

Amanda diz ter consciência de que sua fama é passageira e diz que quer aproveitar o momento para estar a serviço dos professores. “Sinto que é uma missão. Se eu conseguir mobilizar a categoria na web e nas ruas para pressionar o governo, talvez eu tenha plantado uma semente que poderá, um dia, render frutos inéditos.” / COLABOROU OCIMARA

BALMANT



CLIPPING

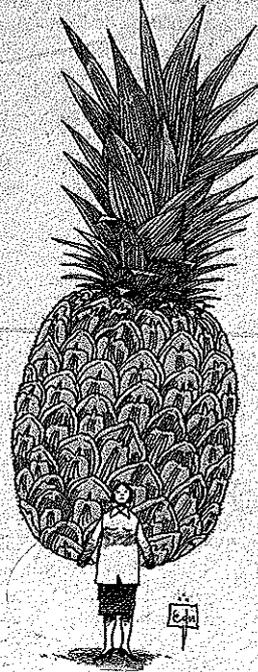
Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editoriais	Data: 21/5/11
Assunto: Aula de indignação		Página: 10

AULA DE INDIGNAÇÃO

Uma jovem professora potiguar transformou-se, de um dia para o outro, em símbolo da indignação dos docentes da rede pública no país, por conta de um pronunciamento contundente feito no dia 10 último, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Convidada para falar sobre a greve dos professores estaduais durante uma audiência do parlamento e na presença da secretária de Educação daquele Estado, a professora Amanda Gurgel de Freitas exibiu o seu contracheque de R\$ 930 e afirmou que é impossível sobreviver com tão pouco. Disse, alto e bom som, que os educadores são submetidos a jornadas de trabalho extenuantes, não têm tempo nem recursos para se qualificar, e ainda são responsabilizados pelos problemas da educação. Seu grito de indignação ganhou amplitude na internet e nas redes sociais, ultrapassou as 500 mil visualizações no YouTube, entrou na lista dos *trending topics* do Twitter e escancarou uma mazela do ensino nacional: a desvalorização histórica e sistemática dos mestres, que, inclusive, afasta novos pretendentes à profissão.

Nada do que a professora Amanda disse é novidade – e isso talvez seja o elemento mais perturbador de seu pronunciamento. Ela apenas teve a coragem e a lucidez de expor com clareza, diante das autoridades de seu Estado, o drama vivido diariamente por profissionais que enfrentam dificuldades para exercer o seu ofício, são mal remunerados e acabam sendo responsabilizados pela precariedade do ensino público no país.

Infelizmente, por conta do descaso continuado dos governantes, o sistema de educação pública em nosso país entrou num círculo vicioso difícil de ser rompido. Estados e municípios pagam salários insuficientes, professores malpagos trabalham desmotivados, não conseguem se qualificar, utilizam subterfúgios para compensar o despreço, tornam-se reféns de sindicatos e de interesses políticos, e acabam aparecendo como vilões de um processo em que, inquestionavelmente, as vítimas maiores



Um ministro da Educação dos anos 1990 resumiu ironicamente esta situação com uma frase que ficou célebre na época: “O aluno finge que estuda, o professor finge que ensina e nós fingimos que pagamos”.

são os estudantes. Um ministro da Educação dos anos 1990 resumiu ironicamente esta situação com uma frase que ficou célebre na época: “O aluno finge que estuda, o professor finge que ensina e nós fingimos que pagamos”. Mais de duas décadas depois, o grito indignado da professora potiguar comprova que nada mudou.

Na verdade, houve uma mudança: os indivíduos ganharam novos canais para se manifestar. Ao expor suas queixas e reivindicações para o auditório da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, a professora Amanda jamais imaginou que seu manifesto ganharia uma divulgação planetária e que sua fala com sotaque nordestino se transformaria, em poucas horas, no libelo de toda uma categoria profissional contra o descaso e a hipocrisia dos governantes.



CLIPPING

Veículo: Jornal de SC	Editoria: Opinião	Data: 21 e 22/5/11
Assunto: Aula de indignação		Página: 2

Aula de indignação

Uma jovem professora potiguar transformou-se de um dia para o outro em símbolo da indignação dos docentes da rede pública no país, por conta de um pronunciamento contundente feito no dia 10 último, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Convidada para falar sobre a greve dos professores estaduais durante uma audiência do parlamento e na presença da secretária de Educação daquele Estado, a professora Amanda Gurgel de Freitas exibiu o seu contracheque de R\$ 930 e afirmou que é impossível sobreviver com tão pouco. Disse, alto e bom som, que os educadores são submetidos a jornadas de trabalho extenuantes, não têm tempo nem recursos para se qualificar, e ainda são responsabilizados pelos problemas da educação. Seu grito de indignação ganhou amplitude na internet e nas redes sociais, ultrapassou as 500 mil visualizações no YouTube, entrou na lista dos trending topics do Twitter e escancarou uma mazela do ensino nacional: a desvalorização histórica e sistemática dos mestres, que inclusive afasta novos pretendentes à profissão.

Nada do que a professora Amanda disse é novidade – e isso talvez seja o elemento mais perturbador de seu pronunciamento. Ela apenas teve a coragem e a lucidez de expor com clareza, diante das autoridades de seu Estado, o drama vivido por profissionais que enfrentam dificuldades para exercer o seu ofício, são mal remunerados e acabam sendo responsabilizados pela precariedade do ensino público no país.

Por conta do descaso continuado dos governantes, a educação pública em nosso país entrou num círculo vicioso difícil de ser rompido. Estados e municípios pagam salários insuficientes, professores mal pagos trabalham desmotivados, não conseguem se qualificar, usam subterfúgios para compensar o despreço e acabam aparecendo como vilões de um processo em que as vítimas maiores são os alunos.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Notas e Informações	Data: 22/05/11
Assunto: Educação em marcha à ré		Página: A3

Educação em marcha à ré

Além do atraso com que foi enviado ao Congresso, o Plano Nacional de Educação (PNE) para 2011-2020 não deverá ser aprovado tão cedo. Ele está em fase de audiências públicas e, em seguida, será examinado por uma comissão de especialistas escolhidos no mês passado.

As mais importantes das 20 metas do PNE propõem para os próximos dez anos a criação de 4,3 milhões de vagas em creches e pré-escolas, a erradicação do analfabetismo, a redução em 50% do analfabetismo funcional, a adoção do ensino em tempo integral em 50% das escolas públicas, o aumento em 33% do número de vagas no ensino superior e a equiparação do salário médio dos professores das escolas públicas com formação superior ao rendimento de profissionais de outros setores com escolaridade equivalente – o que implicará um aumento de 60% a 1,9 milhão de professores.

As metas são ambiciosas e os especialistas em educação e finanças discutem se a União, os Estados e os municípios terão recursos suficientes para atingi-las. Pelos cálculos do Ministério da Educação, a implantação do PNE deverá custar cerca de R\$ 61 bilhões aos cofres públicos. Já os especialistas em investimentos educacionais falam em R\$ 80 bilhões. O projeto determina que os governos federal, estaduais e municipais ampliem progressivamente o investimento público em educação até atingir 7% do Produ-

to Interno Bruto (PIB), em 2020. Esse percentual estava previsto no PNE válido para o período 2001-2010, mas, segundo as entidades do setor educacional, a meta não foi cumprida. Atualmente, o País investe 5% do PIB em educação.

Os especialistas afirmam que, a exemplo do que ocorreu com o último Plano, o novo PNE não define com clareza a responsabilidade financeira de cada ente da Federação. Também não fecha as brechas que permitem aos Estados e municípios contabilizar na conta da educação itens que nada têm a ver com atividade de ensino.

O Plano Nacional de Educação chega com atraso e tão cedo não deverá ser aprovado

Havendo poucos pontos objetivos a debater, as discussões em torno do PNE acabam sendo extravagantes. Entidades ligadas à educação, por exemplo, estão propondo que o investimento público no setor atinja no mínimo 10% do PIB no final da década – o que é irrealista. Em nome da “valorização do magistério público”, sindicatos e associações corporativas pleiteiam que os salários dos professores do ensino básico sejam equiparados aos vencimentos dos professores do ensino superior. E, a título de subsidiar os debates, o Ministério da Educação acaba de enviar para a Câmara dos Deputados dois documentos – nenhum dos quais esclarece quais serão as fontes de recur-

sos para o setor educacional nos próximos dez anos.

Em entrevista ao jornal *Valor*, o ministro Fernando Hadad acrescentou pouco ao óbvio, dizendo que o dinheiro dependerá do crescimento da economia e do aumento da arrecadação da União, dos Estados e dos municípios. Já os especialistas em educação e orçamento alegam que os dois documentos do MEC tornaram o debate ainda mais confuso, uma vez que trazem dados que não constam da versão original do PNE. Além disso, consultores da União Nacional dos Secretários Municipais da Educação questionam o valor escolhido pelo MEC para calcular a ampliação da oferta de vagas no ensino básico nos próximos dez anos. Segundo eles, as autoridades educacionais subestimaram o gasto efetivo por aluno na educação infantil e na educação de jovens e adultos, o que afetou a estimativa dos recursos que serão necessários com a inclusão de novos alunos.

A tramitação do PNE é mais uma evidência da incapacidade das autoridades educacionais de promover a melhora no ensino. Há um ano, o Conselho Nacional de Educação aprovou parecer detalhando o que considerava ser indispensável para melhorar a qualidade do ensino. O documento define número médio de alunos por turma, piso salarial do magistério e quantidade de livros, dicionários, equipamentos eletrônicos e cadeiras por escola. Até hoje, porém, o MEC não decidiu se homologa ou rejeita a proposta. Simplesmente, não sabe o que fazer.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 23/5/11
Assunto: Indicação das obras do ensino médio começa nesta segunda-feira		Página: online

Indicação das obras do ensino médio começa nesta segunda-feira

Começa nesta segunda-feira (23), o período de indicação dos livros didáticos que serão utilizados nos próximos três anos, em todo o país, por estudantes do ensino médio. Professores, coordenadores pedagógicos e diretores de escolas públicas têm prazo até 12 de junho para fazer a escolha, pela internet.

Este ano, serão selecionados títulos de português, matemática, física, química, biologia, geografia e história. A novidade é o fornecimento de livros de língua estrangeira (inglês e espanhol), filosofia e sociologia.

Após o período de indicação dos livros, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) negociará a aquisição das obras com as editoras. Em função da escala da compra, deve obter preços inferiores aos do mercado. Pelas previsões, serão adquiridos 75 milhões de exemplares para atender oito milhões de estudantes.

Para auxiliar a escolha, os professores podem consultar o Guia do Livro Didático, que contém o resumo das obras. A indicação deve ser feita pela internet, na página eletrônica do FNDE.

Fundamental — Além dos exemplares para o ensino médio, o governo federal vai enviar às escolas públicas 65 milhões de livros de reposição para o ensino fundamental. No total, serão adquiridos este ano 140 milhões de exemplares para uso a partir de 2012.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 21/05/2011
Assunto: Educador critica tradição dos exames escolares no Brasil		Página: Online

Educador critica tradição dos exames escolares no Brasil Especialista defende uso de avaliação que serve como diagnóstico.

O professor Cipriano Luckesi, um dos palestrantes da feira Educar 2011 que termina neste sábado (21), critica a tradição dos exames escolares no Brasil. Para ele, os exames são uma herança do século 16, e as instituições de ensino deveriam aplicar avaliações de aprendizagem, um recurso de acompanhamento e diagnóstico.

“O exame não tem por objetivo subsidiar uma construção positiva. Permite uma seleção: o aluno é aprovado ou reprovado. O resultado é definitivo”, diz Luckesi. Segundo ele, o exame não faz sentido porque o aluno não vai para a escola para a conquistar vaga, pois esta ele já conquistou.

Ainda, de acordo com Luckesi, os exames são excludentes e classificatórios, e não trazem prejuízos quando são aplicados nos lugares certos, como vestibulares e concursos públicos.

Ao contrário do exame, a avaliação, na visão do professor, ajuda a diagnosticar os pontos fortes e fracos dos alunos e desse modo direcionar o ensino.

Para haver uma mudança na forma de avaliar, Luckesi acredita que pelo menos duas questões estão em jogo: os fatores financeiros e a formação dos docentes. O educador diz que para mudar a maneira de avaliar os estudantes é necessário melhorar a infraestrutura das escolas e salário dos professores. Além disso, é necessário treinar os docentes para que eles entendam avaliação como investigação.

“É preciso avaliar a dinâmica emocional dos educadores que vão para a sala de aula. Ele foi examinado a vida inteira, e agora vai examinar seus alunos. É preciso romper este modelo pelo qual ele foi castigado”, afirma Luckesi.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 21/05/2011
Assunto: Fracasso escolar é o fracasso do sistema educacional', diz especialista		Página: Online

Fracasso escolar é o fracasso do sistema educacional', diz especialista

Pesquisa aponta que só 25% saem da escola sabendo ler e escrever.
Psicopedagoga Nadia Bossa participa de grupo de atendimento no HC.

'Doutora, meu filho vai à escola todo dia, mas ele não consegue aprender nada!' Ouvir queixas como essa faz parte da rotina do grupo de grupo de pesquisa de neuropsicologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo onde trabalha a psicopedagoga Nadia Aparecida Bossa. Ela recebe diariamente crianças e adolescentes encaminhados por escolas da rede pública com dificuldades de aprendizagem. Famílias de baixa renda levam os estudantes que não conseguem ler, escrever ou fazer as quatro operações matemáticas para que os especialistas consigam descobrir o que está atrapalhando o desenvolvimento cognitivo do aluno. "A demanda é muito grande", diz a especialista.

A dificuldade em aprendizagem muitas vezes vai além dos problemas da criança. O fracasso escolar, na avaliação da doutora Nadia, é o fracasso do próprio sistema de ensino. Com mestrado em psicologia da Educação pela PUC de São Paulo e doutorado em psicologia e educação pela USP, a psicopedagoga coordenou uma pesquisa feita durante cinco anos nas escolas públicas de São Paulo. O grupo de pesquisadores buscava saber as causas da dificuldade de aprendizado escolar para estabelecer prioridades de mudanças na política educacional. O estudo revelou que de cada quatro alunos que concluem o ensino fundamental, três saem do ensino fundamental sem saber ler, escrever e fazer as quatro operações matemáticas (adição, subtração, divisão e multiplicação).

Nadia Bossa vai apresentar na 18ª Educar, o congresso internacional de educação, aberto nesta quarta-feira (18), no Centro de Exposições Imigrantes, em São Paulo, alguns resultados de sua pesquisa em uma palestra sobre o fracasso escolar.

Em entrevista ao **G1**, ela diz que os problemas de aprendizagem revelam uma "infecção" no sistema educacional que, como tal, precisa ser tratado.

O que a neurociência nos ensina sobre o aprendizado?

O ensino fundamental acontece numa fase da vida da criança que biologicamente temos todas as possibilidades de aprendizado. Uma vez superada esta idade tudo o que se construir não terá o efeito na constituição cerebral. Estamos perdendo o melhor momento do desenvolvimento da criança, que é dos 4 aos 14 anos. Se isso não acontece na idade adequada, estamos limitando a inteligência do povo. Se não usarmos os nossos neurônios nas atividades requeridas pelas atividades acadêmicas estas ligações não vão acontecer, e na vida adulta vamos ter de conviver com uma população com capacidade de raciocínio limitada.



Como qualificar um fracasso escolar?

A autonomia intelectual que a escola deveria garantir ao aluno não existe. A gente observa que os alunos concluem ensino fundamental e médio sem condições de fazer a leitura de um texto simples. Eles não compreendem as quatro operações fundamentais de forma que elas possam ser utilizadas na vida cotidiana. O que a gente aprende na escola nada mais é que a vida escrita em uma outra linguagem. Não saber interpretar este esquema de representação desvincula a escola da vida. O que se aplica na escola não se aplica na vida, o que se aprende na vida não serve para interpretar na escola. Está aí o grande fracasso. E isso piora a cada ano. Quando se eliminou a questão da reprovação, os alunos e professores não tinham mais instrumento numérico para avaliar a questão da aprendizagem, a coisa foi se agravando. Tirou-se a reprovação e não se colocou outro instrumento. Quem concluiu o ensino fundamental em grande parte sai da escola sem sequer saber ler e operar de verdade as quatro operações fundamentais. Então podemos dizer que o fracasso escolar é o fracasso do sistema educacional. É um sintoma que revela que a educação brasileira vai de mal a pior.

E de quem é a culpa pelo fracasso? Do aluno, da escola ou dos pais?

Em vez de fracasso, prefiro dizer que a responsabilidade pelo sucesso de uma criança na escola é dos nossos governantes e das famílias naquilo que teriam como direito de exigir dos governantes.

Quais as principais causas para o fracasso de um aluno na escola?

Um grande número de alunos que estão concluindo o ensino fundamental sem condições de ler e escrever e operar as quatro operações tiveram interferência por variáveis que vão desde a qualidade do ensino, e esta questão é a primordial, aliado à desestrutura familiar, muito mais decorrente de fatores socioeconômicos e, em uma escala menor, de problemas de saúde física, emocional. Problema emocional, cognitivo e pedagógico tudo misturado. Para um aluno ter um desempenho razoável na escola são necessários desde a alimentação saudável até ter a condição emocional e cultural para levar a escola com a devida seriedade. Temos crianças mal alimentadas, famílias desestruturadas, um tremendo equívoco da função da escola pela população. Muitas vezes nem mesmo os professores sabem qual é o objetivo e o porquê de ter determinados conhecimentos. Família e estudantes também não sabem para que serve todo aquele conteúdo. A pessoa se pergunta: “Por que preciso saber história, geografia, equação?”. São tantos outros apelos na vida, existem tantas outras coisas interessando as crianças e adolescentes, que fica difícil para escola e o conhecimento tomar um lugar de destaque na mente do jovem.

A parceria entre escolas e família é fundamental. Mas como uma escola pode ser parceira de todas as famílias de centenas de alunos?

A escola deveria se aproximar mais das famílias. É preciso que alguém ensine porque os pais precisam respeitar o professor, dar a devida importância para as tarefas escolares, ensinar os filhos a terem cuidado com o patrimônio das escolas, e sobre a importância dos livros. Se os pais não sabem, eles não vão saber por que fazer e como fazer. Muitas vezes o professor diz para os pais que o filho está tendo problemas de aprendizagem. Mas os pais não sabem o que fazer. Um responsabiliza o outro. Além disso, as políticas educacionais vêm de cima para baixo sem uma base segura. Quem



ocupa os cargos mais importantes politicamente na educação nunca é um educador, mas um advogado ou economista, que certamente não tem a sensibilidade, percepção e visão de um educador.

E o professor, o que pode fazer?

Percebemos que muito professor não tem o devido conhecimento na área à qual ele é formado e devia ser especialista. E, para piorar, tem a questão da inclusão. Eles têm dentro de sua sala de aula os alunos de inclusão portadores de algum tipo de transtorno, que têm direito à educação. Mas o professor precisa de assistência para isso, e muitas vezes isto não acontece. E além do conteúdo didático o professor precisa tratar de temas transversais (como bullying, alimentação saudável, diversidade, violência no trânsito), que teoricamente teriam de estar preparados para isto também.

Um projeto de lei quer aumentar a carga horária escolar em mais 20%, e exigir frequência mínima de 80%. Na sua opinião isso vai melhorar a educação? O problema afinal é quantidade ou qualidade do ensino?

O problema é a qualidade. É muito bom que se aumente a quantidade de horas, mas isto deveria acontecer depois de melhorar muito a qualidade do que se ensina a escola. Do que adiante mais tempo para ficar na escola sem nada aprender? O professor fica mais tempo envolvido em uma tarefa para a qual ele está preparado.

Qual seria o caminho para melhorar este quadro?

A primeira coisa é fazer este alerta, conscientizar o povo usando todos os espaços para fazer um retrato verdadeiro da situação da nossa escola e identificando alguns dos maiores problemas quem sabe se consegue mudar alguma coisa. Se o fracasso escolar é um sintoma dos nossos tempos do nosso país e este sintoma, como uma febre, indica uma infecção, também indica uma doença do nosso sistema educacional que se não tratada em breve vai inviabilizar a possibilidade de crescimento do nosso país. O que se estuda sobre educação e o que se pesquisa nunca sai de dentro da universidade porque quem ocupa os postos de grandes tomadas de decisões não são os grandes estudiosos e pesquisadores.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 23/5/11
Assunto: Adesão de instituições para o ProUni é prorrogada até dia 27		Página: online

Adesão de instituições para o ProUni é prorrogada até dia 27

As instituições de educação superior que pretendem participar do processo seletivo do segundo semestre do Programa Universidade para Todos (ProUni) têm agora até o dia 27 próximo para firmar o termo de adesão. O prazo anterior seria encerrado na sexta-feira (20).

Os prazos para eventuais retificações das informações do termo de adesão ou do termo aditivo também foram prorrogados. As correções devem ser feitas entre os dias 1.º e 7 de junho.

Criado em 2005, o ProUni oferece bolsas de estudos integrais e parciais (50% da mensalidade) a estudantes em instituições particulares de educação superior. Desde o início do programa, 863 mil bolsas foram concedidas a estudantes com renda familiar de até três salários mínimos.

A prorrogação dos prazos de adesão consta da Portaria n.º 1.127, da Secretaria de Educação Superior (SESu), publicada na sexta-feira (20), no Diário Oficial da União, seção 1, página 17.

A emissão dos termos de adesão deve ser feita na [página eletrônica](#) do ProUni.